RESUMO

A mudança de concepção sobre a inclusão escolar fortaleceu o movimento pela Educação Inclusiva, a qual pressupõe uma escola justa e democrática, que valoriza a diversidade e promove o desenvolvimento das potencialidades de todos os educandos. Neste cenário educativo, o docente é convidado a repensar e adequar suas práticas pedagógicas para que todos alunos possam ser contemplados. A educação inclusiva enfrenta desafios para se tornar uma realidade escolar, dentre eles destacam-se a formação inadequada dos professores, a visão equivocada em relação à inclusão de alunos com deficiência na sala comum, a falta de profissionais especializados em Educação Especial e os problemas de acessibilidade. Não basta matricular o aluno na escola regular, é preciso oferecer-lhe suporte para que possa ter uma formação integral. Diante de tantas dificuldades para ser concretizada na prática, as discussões acerca da inclusão escolar se fazem necessárias. O presente estudo objetivou compreender o processo educativo na perspectiva da educação inclusiva, evidenciar os desafios da inclusão escolar e refletir sobre o papel do professor no processo de inclusão dos alunos. A metodologia utilizada neste trabalho foi a pesquisa bibliográfica de caráter qualitativo. As reflexões advindas deste estudo possibilitaram uma melhor compreensão sobre o processo de inclusão escolar, evidenciando a importância da educação inclusiva para uma sociedade igualitária e democrática e a necessidade de empenho e colaboração de toda a comunidade escolar para a efetivação da inclusão na prática.
PALAVRAS-CHAVE: Educação; Inclusão; Deficiência; Diversidade.

1 INTRODUÇÃO

Historicamente, a escola foi planejada de modo a atender um determinado perfil de aluno, mantendo um caráter de exclusão legitimada por muito tempo. Com o passar dos anos, outras visões em relação ao processo educativo foram surgindo, as discussões sobre o direito das crianças com deficiência à escolarização no ensino regular se intensificaram, levando ao declínio da educação especial paralela à educação regular e fortalecendo as ideais baseadas na inclusão escolar.

Na educação inclusiva, o acesso à educação é um direito incondicional de todos, cabendo a escola assegurar a igualdade de oportunidades para que todos, sem exceção, possam aprender. Neste cenário educativo, o professor deve atuar como um agente facilitador do processo de ensino-aprendizagem, sendo convidado a repensar sobre suas práticas pedagógicas para que todos os alunos possam ser contemplados. A implementação de leis destinadas a garantir à escolarização de alunos da Educação Especial em sala de aula comum contribuiu significativamente para o aumento do número destes educandos nas escolas regulares em todas as regiões do Brasil (REBELO; KASSAR, 2018). Entretanto, a frequência destes alunos no ambiente escolar não tem sido suficiente para assegurar-lhes uma educação de qualidade. Não basta matricular o aluno na escola regular, é preciso oferecer-lhe suporte para ele que possa ter uma formação integral. Além disso, diversas dificuldades têm sido enfrentadas para que o processo de inclusão se torne uma realidade escolar de fato. Diante desta constatação, surgiram as questões norteadoras deste trabalho: Qual é a função da educação inclusiva? Quais os desafios enfrentados pela escola para a efetivação concreta da inclusão escolar? O professor está preparado para as
demandas da educação inclusiva?

O presente trabalho tem como objetivos compreender o processo educativo na perspectiva da educação inclusiva, evidenciar os desafios da inclusão escolar e refletir sobre o papel do professor no processo de inclusão dos alunos. A metodologia utilizada neste estudo foi a pesquisa bibliográfica de caráter qualitativo, com base na consulta de livros, artigos científicos, dissertações de mestrado e anais de congresso.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 EDUCAÇÃO INCLUSIVA: CONCEPÇÕES E DESAFIOS

De acordo com Sánchez (2005), o processo de inclusão escolar começou a ser discutido nos anos 80, nos Estados Unidos, com um movimento denominado “Regular Education Iniciative” (REI) de pais e familiares na busca pela inclusão de pessoas com deficiências em escolas regulares. Eles discordavam da visão de que a Educação Especial estivesse centralizada em um ambiente segregado, onde a atenção estivesse focada nos alunos com necessidades educacionais especiais. Durante as décadas posteriores, as ideias sobre educação inclusiva foram se difundindo. Mas, foi a partir da Declaração de Salamanca, proposta durante a Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais em 1994, que as ações

voltadas para a inclusão numa perspectiva escolar se fortaleceram. Esta declaração estabeleceu um plano de ação mundial em que as escolas deveriam acolher a todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas e outras (UNESCO, 1994).

Cabe aqui explicar brevemente as diferenças entre integração e inclusão escolar. A integração escolar remete à ideia de uma inserção parcial e condicionada às possibilidades de cada indivíduo, enquanto que a inclusão se refere a uma forma de inserção total e incondicional, de toda e qualquer criança no sistema escolar comum (WERNECK, 1997; MANTOAN, 1997).

Ao falar da inclusão, falamos de um conflito histórico e pertencente a certo funcionamento social, determinado pela exclusão social; o sistema em que vivemos é excludente em sua raiz. Dessa forma, falar em inclusão é perceber as práticas exclusivas constitutivas de nossa sociedade, uma sociedade de desiguais. (MACHADO, ALMEIDA; SARAIVA; 2009, p. 21).

Segundo Mantoan (2003), a prática da inclusão escolar pauta-se em compreender e reconhecer o outro e, desta forma, ter o privilégio de conviver e compartilhar com pessoas diferentes. Trata-se de um acolhimento a todas as pessoas, sem exceção.

Percebe-se que o processo de inclusão escolar não se caracteriza em frequentar a mesma escola ou estar junto na mesma sala de aula. O incluir envolve por parte de toda a sociedade, um novo olhar sobre as relações de convívio e, requer que todos tenham acesso a uma educação de qualidade, necessitando, portanto, de políticas públicas eficientes, investimentos e profissionais que saibam lidar com a diversidade no ambiente escolar. Neste sentido, fica clara a relevância de um planejamento escolar sistemático e revisão constante das práticas educativas, as quais devem utilizar muito mais do que conteúdos no processo de ensino- aprendizagem, mas também valores e princípios.

Nas últimas três décadas, o pensamento a respeito da inclusão escolar foi se modificando e ressignificando as relações entre escola e aluno. Essa mudança de concepção fortaleceu o movimento pela Educação Inclusiva.

Rodrigues (1997) se refere à educação inclusiva como uma escola que respeita as culturas, as capacidades e as possibilidades de evolução de todos os educandos, além de reconhecer e trabalhar com as diferenças para o desenvolvimento deles.

Na educação inclusiva, todos os alunos devem ter um ensino de qualidade, independentemente de seus atributos pessoais, inteligências, estilos de aprendizagem e necessidades comuns ou especiais (SASSAKI, 1999).

A concepção dos professores acerca da educação inclusiva têm sido alvo de investigação. Estudos demonstraram que parte dos educadores expressa uma visão baseada nos princípios da integração escolar, concebendo a educação inclusiva como aquela destinada apenas aos alunos com deficiência ou transtornos de aprendizagens (DUEK; BEZERRA, 2010; SANT'ANA, 2005). A pesquisa de Quatrim e Pivetta (2008) revelou que os professores concebem a inclusão escolar como um processo necessário, mas ao mesmo tempo se sentem despreparados, alguns descrentes e outros desafiados.

De acordo com Pimentel (2012), a inclusão escolar implica na equidade no atendimento pedagógico, o que requer uma formação docente que envolva, para além do respeito, a compreensão da diversidade. Neste contexto, a formação acadêmica dos professores universitários deve ser pensada de modo a contribuir para que desenvolvam uma prática pedagógica mais reflexiva e comprometida dentro das exigências do contexto atual (VITALINO, 2007).

No processo de inclusão escolar, os profissionais da educação são desafiados a construir saberes capazes de responder às demandas do cotidiano escolar atual (MATOS; MENDES, 2015). Neste contexto, não caberia nas escolas a atuação de um psicólogo para fornecer suporte emocional à comunidade escolar e contribuir para o desenvolvimento das competências socioemocionais dos educandos?

A atuação do psicólogo na área educacional é um assunto que gera controvérsias entre os profissionais da saúde e educação. As divergências decorrem de uma preocupação com a crescente patologização da educação - processo que transforma, artificialmente, questões educacionais não médicas em problemas médicos (MAIA, 2017; VIEGAS; HARAYAMA; SOAUZA, 2015). No entanto, alguns estudos demonstraram que o trabalho do psicólogo junto aos professores pode contribuir para o desenvolvimento e evolução do aluno da Educação Especial, e melho-

rar a compreensão e sensibilização do professor em relação à especificidade do educando (FONSECA; FREITAS; NEGREIROS, 2018; VOKOI; PEDROSA, 2005).

Diferentes fatores têm sido apontados como dificultadores ou impeditivos da efetivação da educação inclusiva. Dentre eles, destacam-se a formação inadequada dos professores (BISOL; VALENTINI, 2014; BRIANT; OLIVER, 2012; DE VITTA; DE VITTA; MONTEIRO, 2010). Na visão de Rodrigues (2012), as disciplinas oferecidas nos cursos de graduação não abrangem toda a complexidade do ensinar na educação inclusiva.

Na visão de Neto et al. (2018), a efetivação da educação inclusiva depende de uma reformulação do sistema educacional, o qual ainda é direcionado para atender crianças dentro de um padrão de normalidade estabelecido historicamente.

A escassez de profissionais especializados na Educação Especial, a falta de materiais didáticos adequados e os espaços inadaptados são obstáculos à efetivação da inclusão no ambiente escolar (Sanches; Teodoro, 2007). O trabalho de Silva e Carvalho (2017) apontou que o desconhecimento dos professores sobre a política de inclusão e sobre as capacidades e limitações do aluno dificulta o processo de inclusão escolar.

Sant'Ana (2005) expressa em seu trabalho que a ausência de especialistas de diferentes áreas que atue em parceria com os docentes e gestores pode ser uma barreira que impede a realização de ações e projetos voltados à inclusão escolar. Neste mesmo estudo, foi observado que os professores demonstram preocupação com a falta de orientação em relação às possibilidades de trabalho direcionadas aos alunos com deficiência, no entanto, a autora apontou que mesmo aqueles profissionais que dizem receber ou ter recebido algum tipo de apoio neste sentido afirmaram que isso não foi suficiente para atender às demandas do processo inclusivo. Em muitas escolas ainda são identificados problemas relacionados à acessibilidade, tais como barreiras arquitetônicas, portas estreitas, espaço físico inadequado para cadeira de rodas em alguns ambientes da escola, ausência de banheiro adaptado e bebedouro fora de alcance do aluno (GALO; ORSO; FIORI, 2011; MELO; MARTINS, 2007).

Em muitos casos, a família é apontada como um dificultador no processo de inclusão escolar da criança. Muitas vezes, de forma desproposital, os familiares impossibilitam a inclusão da criança com deficiência no ambiente escolar, porque preferem mantê-la distante do convívio social na tentativa de evitar o preconceito (TESKE, 2005).

Diante de todo exposto acima, percebe-se que a educação inclusiva é totalmente fundamentada nos princípios vinculados aos Direitos Humanos. Portanto, ela pode ser entendida não apenas como um processo educativo que visa atender a todos, mas também como uma concepção política e sociocultural que transcende as relações de ensino e aprendizagem.

2.2 EDUCAÇÃO ESPECIAL E ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) define a Educação Especial como uma modalidade de ensino destinada aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação (BRASIL, 1996).

A legislação brasileira, destacando o Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei 13.146/15), garante o acesso à escolarização e a permanência do público-alvo da Educação Especial em classes comuns do ensino regular, além de regulamentar os serviços de apoio especializados que devem ser implantados para a efetivação da inclusão escolar (BRASIL, 2001, 2008, 2009, 2015a).

Os alunos da Educação Especial têm direito ao conjunto de atividades ofertado pela educação comum, podendo este ser apoiado, suplementado ou substituído por um conjunto de recursos e serviços organizados, objetivando garantir a apropriação dos conteúdos escolares formais (MAZZOTA, 1996).

Na visão de Silva (2012), o apoio pedagógico especializado é uma ferramenta indispensável para que a inclusão de fato se efetive.

Apesar de a legislação relacionada à Educação Especial estar consolidada, não é incomum escutar de pais ou responsáveis relatos sobre as dificuldades em matricular e/ou manter a criança com deficiência na escola. Geralmente as instituições de ensino alegam escassez de recursos humanos e físicos para receber adequadamente o educando. Embora tais alegações não possam justificar o não acolhimento da criança, elas também não podem ser consideradas desculpas meramente inventadas ou infundadas, pois em

muitas escolas realmente faltam recursos especializados, material pedagógico adequado, qualificação docente e boas condições estruturais. Silveira e Neves (2006), expressam que, por vezes, os próprios pais identificam condições existentes na escola que dificultam a aprendizagem e permanência dos filhos no ensino regular, como salas de aula com turmas lotadas e docentes sem formação especializada para lidar com essa demanda.

O Atendimento Educacional Especializado (AEE) foi criado para atender o público-alvo da Educação Especial. O serviço oferecido pelo AAE funciona como um apoio à sala de aula comum, identificando, planejando e elaborando recursos pedagógicos e de acessibilidade com o objetivo de facilitar e estimular a participação do aluno nas atividades escolares. Portanto, o AEE além de contribuir para o desenvolvimento das capacidades cognitivas do aluno, também auxilia no desenvolvimento da sua autonomia, tanto dentro quanto fora da escola (BRASIL, 2011).

Nas escolas de ensino regular, o Atendimento Educacional Especializado deve acontecer em espaços denominados salas de recursos multifuncionais (SRM). Trata- se de um local organizado com materiais didáticos, equipamentos e profissionais com formação especializada (BRASIL, 2011).

A Atendimento Educacional Especializado deve ocorrer preferencialmente na rede regular de ensino, conforme prevê a legislação. Admite-se, portanto, que este serviço também seja ofertado por outros estabelecimentos de ensino, uma vez que

ele não substitui a escolarização ministrada na rede regular, assumindo caráter de complemento e apoio ao ensino regular na formação de aluno com deficiência ou transtorno de aprendizagem (FÁVERO; PANTOJA; MANTOAN, 2007).

A elaboração das atividades pelo professor da Educação Especial deve considerar as necessidades específicas do estudante, podendo ser diferentes daquelas realizadas em salas de aula comum, desde que estejam articuladas com a proposta escolar. A Educação Especial precisa atuar em parceria colaborativa com o ensino regular, a fim de que se estabeleça um diálogo que propicie condições de aprendizagem voltadas para a especificidade de cada aluno (VILARONGA; MENDES, 2014).

A dificuldade de se estabelecer um relacionamento entre a escola e a família do aluno com deficiência dificulta significativamente o processo de inclusão. A ausência da participação dos pais/responsáveis na vida escolar da criança aparece frequentemente nos relatos dos professores (MENDES, 2002; QUATRIM; PIVETTA, 2008). O diálogo entre a família e escola possibilita ao profissional da educação uma melhor compreensão sobre quais fatores extraescolares podem interferir na aprendizagem e socialização da criança na escola. Deste modo, a atuação de pais/responsáveis em parceria com a escola pode contribuir com o desenvolvimento de prática educativas promissoras (BENITEZ; DOMENICONI, 2014).

2.3 O PAPEL DO PROFESSOR NO PROCESSO DE INCLUSÃO ESCOLAR

No âmbito da educação inclusiva, a prática docente vem sendo amplamente debatida. Atualmente compreende-se o professor não mais como um agente transmissor de conhecimentos, mas sim como um mediador do processo de ensino- aprendizagem, em que ele é o responsável por viabilizar condições para que os educandos se desenvolvam e aprimorem suas potencialidades.

De acordo com Sarnoski (2014), o aluno precisa sentir vontade de aprender, cabendo ao professor motivá-lo. Neste sentido, alguns autores esclarecem que a afetividade e a motivação contribuem significativamente para o processo de ensino aprendizagem. Segundo Konrad (2014), o conhecimento deve ser adquirido baseando-se na motivação e afetividade entre aluno e professor. Para Rodrigues (2019), a afetividade facilita o processo de ensino-aprendizagem, uma vez que o

educando desperta a empatia do professor, que se sente motivado a desenvolver uma prática pedagógica direcionada a ele.

Durante o processo de ensino-aprendizagem, o professor deve considerar e reorganizar os conhecimentos prévios dos discentes (BRUM; SILVA, 2014).

Um ponto a ser destacado na efetivação da educação inclusiva é a necessidade de o professor trabalhar as habilidades socioemocionais, as quais estão presentes em todas as 10 competências gerais da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). As habilidades socioemocionais, tais como empatia, respeito, confiança, tolerância e responsabilidade, estão diretamente implicadas na inclusão, uma vez que ela se estabelece a partir do respeito e convívio com as

diferenças, de relações de cooperativismo e da capacidade de o indivíduo relacionar-se consigo mesmo e compreender o outro (BRASIL, 2015b; SANTOS; PRIMI, 2014; VALENTE, 2020). De
acordo com Rosin-Pinola et al. (2017), as habilidades socioemocionais podem ser aprendidas durante as interações sociais, sendo possível ensiná-las aos alunos através de práticas pedagógicas intencionalmente planejadas, desde que os professores sejam formados para tal.

Umas das possibilidades de promover a aprendizagem significativa é envolver a participação dos alunos nas atividades escolares através da utilização de recursos digitais. Porém, como afirma Emer (2011), alguns docentes se sentem pressionados a usarem ferramentas tecnológicas, sem estarem preparados e sem uma reflexão sobre a aplicabilidade pedagógica desses recursos. Neste sentido, Oliveira (2003) explica que a utilização da tecnologia no processo educativo não exige um tecnicista, mas requer do professor uma reflexão sobre que tipos de saberes podem ser desenvolvidos a partir dela.

É evidente que no processo de inclusão escolar, o docente assume um papel fundamental. Mas, ele está ou se sente preparado para lidar com todas as demandas da educação inclusiva?

A pesquisa de Tavares, Santos e Freitas (2016), evidenciou que a distância entre teoria e prática é identificada pelos docentes como um grande problema nos cursos voltados à educação. Segundo os autores, o professor sente necessidade de uma formação que lhe traga subsídios para atender as diversas exigências da inclusão escolar e, buscam suprir esta lacuna através da realização de cursos de formação continuada, de especialização e pós-graduação.

A forma com que os professores da sala comum enxergam e tratam o aluno da Educação Especial é outro ponto a ser discutido. O trabalho de Lunardi (2005) apontou práticas excludentes durante o processo de ensino-aprendizagem dos alunos com deficiência. Segundo a autora, estes estudantes eram tratados com algum tipo de piedade e pareciam estar desobrigados e/ou afastados da aprendizagem.

Diante do exposto acima, é preciso que o professor desenvolva um novo olhar sobre os alunos da Educação Especial, os quais devem ser enxergados pelas suas potencialidades. Martinez (2007) afirma que a singularidade e complexidade do ambiente escolar deve ser valorizada, pois a deficiência não é algo intrínseco ao sujeito e sim uma construção social. Cunha (2015) relata em seu trabalho que alguns profissionais da educação acreditam que a presença dos alunos com deficiência atrapalha a rotina escolar. O autor propõe que os educadores reflitam sobre essa visão equivocada.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação inclusiva pode ser compreendida como uma concepção educativa que valoriza o convívio com a diversidade e considera as especificidades e potencialidades do aluno durante o processo educativo. A atuação do professor neste processo é de extrema relevância, uma vez que cabe a ele criar estratégias que desenvolvam as habilidades cognitivas e socioemocionais necessárias à formação integral do aluno.

Na perceptiva da educação inclusiva, a visão do docente em relação ao aluno com deficiência ou transtorno de aprendizagem deve ser repensada para que a inclusão destes alunos na sala de aula comum seja concretizada. No entanto, as ações destinadas à inclusão não devem recair apenas sobre o professor, é necessária uma atuação conjunta entre profissionais da educação, família e poder público.

Os cursos de ensino superior voltados à educação precisam ofertar uma formação de qualidade, fundamentada no princípio da equidade, e que propicie ao estudante de licenciatura recursos para que ele, no exercício de sua profissão, se sinta capacitado para atender as demandas da educação inclusiva.

Os alunos público-alvo da Educação Especial precisam de suporte e estímulos adequados para desenvolver suas potencialidades e superar suas dificuldades. Deste modo, a atuação do professor da Educação Especial é relevante, sendo importante também a interlocução deste profissional com a família e com professor de sala de aula comum.

As reflexões advindas deste estudo possibilitaram uma melhor compreensão sobre o processo de inclusão escolar, evidenciando a importância da educação inclusiva para uma sociedade igualitária e democrática e a necessidade de empenho e colaboração de toda a comunidade escolar para a efetivação da inclusão na prática.

REFERÊNCIAS

BENITEZ, P; DOMENICONI, C. Capacitação de agentes educacionais: proposta de desenvolvimento de estratégias inclusivas. Revista brasileira de Educação Especial, Marília, v. 20, n. 3, p. 371-386, set. 2014. Disponível em: < http://www.

scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-65382014000300005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 18 nov. 2020.

BRASIL. LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educacional. Lei 9394/96.

BRASIL. 2001. Resolução CNE/CEB 2/2001. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Diário Oficial da União. Brasília, Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Seção 1E, p. 39-40.

BRASIL. 2008. Política de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela Portaria nº 555/2007, prorrogada pela Portaria nº 948/2007. MEC/SEESP. Brasília, MEC, 15 p.

BRASIL. 2009. Resolução CNE/CEB nº4/2009, que estabelece as Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica. Diário Oficial da União. Brasília, Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica, 3 p.

BRASIL, Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011 – Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências, 2011.

BRASIL. 2015a. Lei 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, Presidência da República, Casa Civil, 31 p.

BRASIL. 2015b. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Consulta Pública. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME.

BISOL, C.A.; VALENTINI, C.B. Objeto virtual de aprendizagem incluir: recurso para a formação de professores visando à inclusão. Revista Brasileira de Educação Especial, Marília, v.2, n.20, p.223-234, 2014. Disponível em:

<https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-65382014000200006&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 22 nov. 2020.

BRIANT, M.E.P.; OLIVER, F.C. Inclusão de crianças com deficiência na escola regular numa região do município de São Paulo: conhecendo estratégias e ações. Revista Brasileira de Educação Especial, Marília, v.18, n.1, p.141-154, 2012.
Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413- 65382012000100010&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em 22 nov. 2020.

BRUM, W.P; SILVA; SILVA, S.C.R. Os conhecimentos prévios dos estudantes como ponto referencial para o planejamento de aulas de Matemática: análise de uma atividade para o estudo de Geometria Esférica. Revista Eletrônica de Educação Matemática, Florianópolis, v. 9, nº 1, p. 43-57, 2014.
Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/revemat/article/view/1981-1322.2014v9n1p43>. Acesso em: 22 nov. 2020.

CUNHA, M. S. Ensino da língua portuguesa na perspectiva da inclusão do aluno cego no nível fundamental. 2015. 173 f. Dissertação (Mestrado em Educação) Programa de Pós Graduação em Educação - Universidade Federal de Sergipe, 2015.

DE VITTA, F.C.F.D.; DE VITTA, A.D; MONTEIRO, A.S. Percepção de professores de educação infantil sobre a inclusão da criança com deficiência. Revista Brasileira de Educação Especial, Marília, v.16, n.3, p.415-428, 2010. Disponível em:
< https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413- 65382010000300007>. Acesso em 22 nov. 2020.

DUEK V. P.; BEZERRA, J. S.; BEZERRA, J. S. Concepções de futuros professores sobre a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais. Revista Educação em Questão, v. 38, n.60, mai/ago. 2010. Disponível em:
<https://periodicos.ufrn.br/educacaoemquestao/article/view/4032>. Acesso em 14 nov. 2020

EMER, S. O. Inclusão escolar: formação docente para o uso das TICs aplicada como tecnologia assistiva na sala de recurso multifuncional e sala de aula.
2007. 164 f. Dissertação (Mestrado em Educação) Programa de Pós Graduação em Educação - Universidade do Rio Grande do Sul, 200.

FÁVERO, Eugênia Augusta Gonzaga, PANTOJA, Luisa de Marillac P., MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Atendimento Educacional Especializado: aspectos legais e orientações pedagógicas. MEC/SEESP. São Paulo: 2007

FONSECA, T. S; FREITAS, C. S. C.; NEGREIROS, F. Psicologia Escolar e
Educação Inclusiva: A Atuação Junto aos Professores. Revista Brasileira de Educação Especial, v. 24, n. 3, p. 427-440, set. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbee/v24n3/1413-6538-rbee-24-03-0427.pdf>. Acesso em 14 nov. 2020.

A FOTOGRAFIA COMO PRÁTICA DE REGISTRO PEDAGÓGICO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

CINDY ELIZABETH BATISTA KOSICKI

RESUMO

A fotografia é uma tecnologia que sofre cada vez mais avanços, sendo
considerada uma linguagem artística, pois produzem imagens reais de um fato, situação e/ou pessoa. A fotografia possibilita o registro de imagens nas quais emoções são flagradas e eternizadas, permitindo que a espontaneidade e os detalhes possam ser captados e analisados calmamente por parte do educador, favorecendo os registros pedagógicos das atividades ministradas e permitindo uma avaliação mais completa sobre o desenvolvimento das propostas educativas. Entretanto, é notória a necessidade de registrar fatos, rotina e observações realizadas no contexto escolar, em especial na educação infantil na qual a fotografia possibilita o registro real e instantâneo dos momentos cruciais do trabalho pedagógico, para isso necessita-se aprender a utilizar este recurso de forma a contribuir para as reflexões, acompanhamentos e avaliações oriundas destes registros. Além de ser um instrumento muito atrativo entre as crianças e de fazer parte da rotina dos mesmos na atualidade. No entanto, é necessário que o educador contemporâneo faça uso desta estratégia de trabalho enriquecendo os registros pedagógicos resultando na melhor percepção do seu próprio trabalho e do desenvolvimento dos educandos O uso desta tecnologia propicia novas perspectivas e possibilidades de trabalhos com produção fotográfica.

PALAVRAS-CHAVE: Registro Pedagógico; Fotografia; Educação Infantil

INTRODUÇÃO

Entre tantas outras, a fotografia é uma das linguagens da Arte e as imagens fotográficas têm sido fortemente valorizadas na sociedade atual, o que nos leva a refletir e questionar sobre a CONTRIBUIÇÃO DA FOTOGRAFIA NOS REGISTROS ESCOLARES. Por isso torna-se crucial o aprofundamento sobre os conhecimentos deste recurso e dos benefícios que o mesmo pode trazer com o seu uso, unindo esta arte as práticas pedagógicas do educador que atua em qualquer fase. Esta tecnologia está disponível no dia-a-dia das pessoas, tornando-a acessível e estreitamente vinculado ao interesse dos educandos, com isso, é possível explorar e investigar o conhecimento do aluno aprofundando as estratégias de registros pedagógicos, por esse motivo se faz necessário adequar e usufruir dessa ferramenta de maneira sábia e estratégica, é o que propõe este trabalho de pesquisa. Nesta pesquisa o foco será o registro pedagógico como um beneficiador desta tecnologia, tendo como base de registros fotografias do cotidiano escolar dos alunos, atividades realizadas, seja atividade escrita, desenhos e pinturas ou atividades práticas, bem como seu desenvolvimento pedagógico, seu desempenho, seus progressos e como consequência disso uma avaliação bem consistente sobre o aluno e sobre o trabalho realizado enquanto professor. O registro bem realizado e fundamentado é pontual para uma boa análise do aprendizado e uma boa avaliação do todo, levando em consideração a avaliação formativa do educando.

A arte ligada à fotografia deve fazer parte da rotina do educador, resultando em um trabalho enriquecedor e interdisciplinar, contribuindo de forma ampla para informações sobre o estudante. Sobretudo, ao defender o uso da fotografia em sala de aula, mais especificamente na educação infantil intenciona-se trazer contribuições ao registro do educador e facilidades no momento de registrar, de avaliar e de demonstrar o trabalho realizado, seja através de um portifólio e outros. É inquestionável que o professor possui um papel importante no aprendizado do aluno, onde oferece e cria situações de aprendizagem para que o mesmo desenvolva suas capacidades.

Ao trazer a imagem fotográfica para a formação de ensino/aprendizagem dos educandos, pretende-se captar realmente o efeito de tais atividades no desenvolvimento destes, identificando cada detalhe de suas ações enquanto aprendizes, captando as emoções depositadas em cada atividade e reações nas

brincadeiras e/ou propostas lúdicas.
Sobretudo, proporcionando também a possibilidade de uma atividade inovadora por intermédio da arte de captar imagens fotográficas, propondo leitura e releitura de imagens pelos próprios alunos e pelo professor.
Para o educador da educação infantil cada detalhe que envolve o estudante é importante para planejar e oferecer a melhor atividade para esta criança, conhecer a forma de ver e olhar, pensar e imaginar, sentir, tudo isso se torna material importante na tarefa de compreender a condição humana e o que se pode oferecer para estes evoluírem enquanto pessoas e aprendizes. Sendo assim, a fotografia dá condições a refletir as diferenças dos comportamentos, dos gestos, ações e manifestações de sentimentos entre eles conhecendo-os melhor e realizando um trabalho mais significativo.
Esta cultura visual que invadiu a vida das pessoas é vasta e rica, entretanto, estão submetidas a um mundo de imagens que muitas vezes não é possível compreender, na imagem há muitas informações além da imagem propriamente dita, a fotografia permite analisar as informações intrínsecas que os olhos não conseguem gravar e analisar no momento que se visualiza rapidamente. A ação ver-olhar torna-se cada vez essencial para o educador contemporâneo, no universo das artes, ver/olhar, resulta em refletir e isso está atrelado ao papel do educador. A fotografia permite isso.

DESENVOLVIMENTO

1. COMO SURGIU A FOTOGRAFIA

Há aproximadamente 200 anos, antes das primeiras descobertas sobre a fotografia, a comunicação e representação de imagens dos povos e civilizações antigas eram através de pinturas, rabiscos, gravuras ou símbolos, assim como as primeiras formas de escrita, entretanto, estes registros não eram reais, somente uma visão do artista que as produzia. Com a invenção da fotografia passou a ser possível retratar o real, passou a ser possível registrar a sociedade e as pessoas da forma como são de fato, de maneira mais verdadeira. No entanto apesar do aparecimento da primeira fotografia fixa permanente em 1826, só alguns anos mais tarde se começou a usar a fotografia para fins científicos e de registro de ângulos e locais nunca antes vistos pelo ser humano.
A vasta história da fotografia perpassa por vários períodos importantes da história do mundo, dando início de fato em 1826, porém, antes disso a fotografia foi sendo descoberta ao longo da história com a participação de vários homens alquimistas, físicos e químicos. Não se pode atribuir a descoberta da fotografia a um único homem, sendo um ato de paciência, de surpresas e de curiosidades ao longo da história e contando com a participação de alguns estudiosos.
As primeiras imagens aconteceram com o auxílio de materiais químicos como verniz de alfalto, vidro, prata, mistura de óleos, e, sobretudo, com a ação direta da luz. Após muitas experiências realizadas, o processo de fotografia foi evoluindo e acrescido de outros materiais como chapas de cobre, vapores de iodo e mercúrio. No entanto, para descobrir a fotografia necessitou-se estudar diretamente a luz e os fenômenos óticos.

Ainda na Grécia antiga, o filósofo Aristóteles (384-322 a.C) constata que raios de luz solar, durante um eclipse parcial, atravessando um pequeno orifício, projetam na parede de um quarto escuro, a imagem do exterior. Este método primitivo de produzir imagens recebe o nome de câmera escura, usada pela primeira vez com utilidade prática pelos árabes, no século XI, para observar os eclipses. (citação site)

Aristóteles fez um pequeno furo na câmera, no qual a luz passava e formava a imagem em seu interior. Este método foi importante pelo fato de ter sido possível o conhecimento dos princípios óticos. Sendo assim, a câmera escura foi à primeira máquina fotográfica da história.
A partir da descoberta do método de câmera escura, análises e comparações por parte de astrônomos, filósofos, artistas pintores, alquimistas, físicos, matemáticos e cientistas geram novas descobertas sobre a produção de imagens. Pintores e projetistas usaram este método da câmera escuro para auxiliar em suas artes. E assim como Aristóteles o filosofo Roger bacon, em torno de 1214 e 1294, também utiliza o método da câmera escura para observar os eclipses solares sem danificar os olhos.
Entre tantos estudos e descobertas desde o ano de 1100 e até mesmo desde a Grécia antiga (384-322 a.C.) o fotógrafo Henry Cartier-Bresson em 1930 foi o que obteve maior sucesso. Henry faz uso de uma câmera em miniatura para captar momentos importantes na vida das pessoas. Seu sucesso neste tipo de registro, onde envolvem acontecimentos, emoções e sentimentos muito influenciou outras áreas como o jornalismo, inferiu um conceito novo na fotografia

artística, conceito este que emprega a captação da imagem juntamente as emoções de quem as executa.

"Para mim a fotografia consiste num reconhecimento imediato no curso de uma fração de segundo, tanto o sentido do acontecimento quanto da exata organização dos volumes que comporão, expressivamente, o significado da cena. Creio que seja no movimento da vida que a descoberta de si mesmo se efetua, ao passo que se dá a abertura para este mundo

envolvente que pode nos modelar, mas que pode igualmente ser influenciado por nossa personalidade. Trata-se de estabelecer o equilíbrio entre estes dois mundos. É nessa constante interação que esses mundos acabam por se fundir num mundo novo. É nesse mundo que devemos comunicar" Henry Cartier-Bresson

Portanto, a fotografia é um meio de registrar as ações do cotidiano, seja como for estes momentos, bons ou ruins, é a arte de capturar a essência das coisas, do estado emocional das pessoas, até mesmo o nascimento, a vida e até mesmo a morte. Sem a descoberta da fotografia não seria possível vivenciar momentos do passado registrados pelo ato de fotografar, não haveria a oportunidade de conhecer a história do mundo, do país e da própria vida. E é por meio desses registros que hoje se pode conhecer a história da própria vida.

1.1 A fotografia como registro de informações

As ações humanas são permeadas por um mecanismo neurológico chamado memória, por meio da memória realiza-se tarefas, recordamos coisas e pessoas, mecanismo este crucial para a concretização de um aprendizado sistematizado. No entanto, registrar uma informação na memória exige outros aspectos bem desenvolvidos no individuo, como boa percepção, atenção e interesse, entretanto, o significado das coisas influencia diretamente na memorização de algo ou alguém.
A fotografia atua como um facilitador e, sobretudo, um acionador da memória, por meio da fotografia é possível registrar situações, ocasiões, pessoas, lugares e tudo o que for interessante no momento, posteriormente a fotografia atuará como um dispositivo que sustenta a memória frequentemente.

De todos os meios de expressão, a fotografia é o único que fixa para sempre o instante preciso e transitório. Nós, fotógrafos, lidamos com coisas que estão continuamente desaparecendo e, uma vez desaparecidas, não há nenhum esforço sobre a terra que possa fazê-las voltar. Não podemos revelar ou copiar uma memória. O escritor dispõe de tempo para refletir. Pode aceitar e rejeitar, tornar a aceitar; (...) Existe também um período em que seu cérebro „se esquece" e o subconsciente trabalha na classificação de seus pensamentos. Mas, para os fotógrafos, o que passou, passou para sempre. É deste fato

que nascem as ansiedades e a força de nossa profissão. (Cartier-Bresson, 1971:21).

Mas antes de prosseguir, cabe definir o que é uma memória e em seguida será possível verificar a relação da fotografia com essa memória e por fim a relação da fotografia com o registro de informações, tanto na própria memória como em registros formais. No entanto, para Gil (2002): "A memória é essa aptidão que, ao possibilitar que a pessoa se lembre, permite também a todo ser humano se reconhecer num presente, que é produto da sua história e a raiz do seu futuro" (GIL, 2002:171). O autor enfatiza ainda que a construção da identidade de um indivíduo resulta de suas experiências vividas desde o nascimento e perdura durante todo o seu desenvolvimento cognitivo, emocional e psicológico, bem como nas habilidades adquiridas ao longo da vida, no entanto, a memória implica em algo de extrema importância para fundamentar a própria existência do ser humano, o significado de cada pessoa e de cada experiência vivida, todo esse processo ocorre por meio das lembranças acumuladas até então.
Portanto, embora a memória esteja relacionada ao sistema neurológico, representa também o processo de registro sobre a evolução e construção de um ser, inclusive, dentro de um contexto social, remetendo a ideia de que todo individuo faz parte de um grupo social, sua memória está vinculada as suas próprias experiências, bem como, as experiências de pessoas a sua volta durante seu desenvolvimento, logo, vincula-se também ao meio em que vive, espaço e tempo, ou seja, sua memória está ligada a construção de uma identidade pessoal, mas, sobretudo, a uma identidade social..
Essa identidade social fornece informações sobre cada grupo no qual o indivíduo fez parte, onde há um movimento constante de pessoas e fatos, levando em considerando as características e comportamentos de cada envolvido neste processo.
Leite (1993), afirma que a fotografia permite trans-

formar as pessoas em objetos-imagem que se manterão presentes em momentos sucessivos da vida ou ficar na memória. A autora menciona que ao tirar fotos de uma família, registravam- se os papéis sociais ali estabelecidos. Papéis estes que criam a identidade do grupo e infere a memória destes. Por fim, a autora contribui citando a possível interferência do olhar do fotógrafo no registro desse grupo e da sua identidade. Pinheiro (2000) também contribui mencionando essa interferência ao definir a fotografia como um

olhar que interpreta, pois, a história de vida, a cultura e a emoção de quem aprecia inevitavelmente influenciam naquilo que está sendo registrado.
Portanto, a fotografia é um grande aliado ao registro das informações, possibilitando desfrutar desta arte em vários setores da sociedade, sem dúvida torna-se também um aliado pedagógico para o trabalho do educador, registrando informações pertinentes a eficácia destes registros diários e necessários.

1.2 Fotografia: Um recurso pedagógico no ato de registrar

A fotografia atua como um complemento do registro pedagógico na educação infantil, para isso é preciso refletir sobre o objetivo de se fotografar, definir as estratégias utilizadas a partir do registro, o foco, a intencionalidade. Contudo, fotografar está intimamente ligado ao termo apreciar, analisar e, sobretudo, avaliar.
Na educação infantil a avaliação ocorre forma integral e formativa, é realizada com a intenção de acompanhar o desenvolvimento dos envolvidos, seus avanços, o caminhar de seus avanços cognitivos, emocional, físico e mental de maneira geral. Entretanto, é necessário que os objetivos de fotografar estejam bem definidos pelo educador, sobretudo, o como e o porquê fotografar, para organizar estes registros pedagógicos de forma que possam contribuir para seu objetivo final.
Sendo assim, o educador precisa saber conduzir as imagens, focar no que é importante, pensando em estética, ângulos, nas situações cruciais que estão sendo vivenciadas no momento e principalmente capturar as expressões e sentimentos ali apresentados pelos alunos. A fotografia representa as emoções e experimentações, as sensações e sentimentos envolvidos, por isso, a tarefa de registrar com fotos para posteriormente registrar com palavras, exige a sensibilidade de perceber os momentos importantes de clicar. Tarefa não tão simples que exige um olhar sensível para o momento de fotografar, o mesmo olhar necessário para o momento de analisar as fotos e avaliá-los ou decifrá-los.

...a fotografia como um sistema de elaboração de realidades, comporta dois processos cruciais, o de construção da imagem fotográfica e o de sua interpretação. A relação do fotógrafo com a realidade tem por moldura a mediação intrínseca de suas crenças, referências e intenções — conhecidas e desconhecidas, conscientes e inconscientes — na construção

da imagem, fatores, aliás, presentes também em toda e qualquer interpretação. (FADON, 2002, s/p)

A fotografia auxilia em inúmeras tarefas pedagógicas, dentre elas, a autoavaliação do próprio professor e da própria criança, coletar dados e informações, analisar as expressões, as habilidades e capacidades dos alunos, enfim.
Cabe ressaltar que a demonstração das imagens possibilita o desenvolvimento da autoimagem, pois as crianças gostam de se ver, de se perceber interagindo com o mundo e com o outro. Por isso a importância de usar tecnologias áudios-visuais que apoiem o trabalho de demonstração destas fotos e colaboram com a efetivação do trabalho de registro fotográfico.

A linguagem fotográfica é vista como uma prática, que pode ser estimulada na escola [...]. Colocando em foco as múltiplas formas de ver e ser visto, o ato fotográfico desponta como mais um caminho de problematização da vida, que nos permite, através da mediação técnica da câmera fotográfica, registrar, decifrar, ressignificar e recriar o mundo e a nós mesmos. (Lopes, 2005, p. 09)

No entanto, é importante socializar os momentos vivenciados pelas crianças entre eles mesmos e com os colegas de profissão, desta forma os ajudam a construir metodologias. É válido, contudo, disponibilizar um material bem coletado e organizado aos pais das crianças em dias de reuniões periódicas, o que também resulta em grandes consequências, traz confiança sobre o trabalho pedagógico desenvolvido com seus filhos, traz informações sobre a criança que os próprios pais desconhecem e isso é extremamente rico.
Ou seja, fundamentar a fala do educador com as ações da própria criança por meios das fotos, ten-

do-a como principal personagem da construção de seu conhecimento e ações, demonstra aos pais que o professor atua apenas como facilitador, colocando a criança como foco principal. O que facilita a relação escola/família, professores/pais.
Quanto ao processo de avaliação, o mesmo ocorre dentro da escola no
dia-a-dia pelo professor, podendo haver momentos com a família onde haja diálogos sobre a criança partindo dos registros fotográficos e vídeos, através de portfólios
8

montados com fotos e registros descritivos. A partir de então conseguir descobrir motivos para determinadas ações da criança e situações que a envolvam, que muitas vezes se torna uma incógnita para o professor.
Outra estratégia que pode ser utilizada partindo da fotografia como um recurso pedagógico de registro é analisar, apreciar e/ou observar as imagens junto às crianças, pois o olhar da própria criança sobre si traz informações e reações interessantes para a avaliação que o educador faz destas, ou seja, a forma como ela se vê pode ser muito diferente da forma como os outros a vem do próprio educador, o que significa que a avaliação feita pelo próprio aluno partindo de sua própria imagem pode ser muito mais consistente para o registro de observações e avaliativos do professor.
Registrar com fotos as atitudes, expressões faciais, estéticas e emotivas, sentimentos e emoções negativas dos alunos durante uma determinada atividade pode trazer uma reflexão grandiosa por parte destes, pois o registro fotográfico de um aluno com dificuldades em comportar-se adequadamente ao espaço escolar e de socializa-se com demais colegas, pode fazê-lo refletir e perceber quantos aspectos negativos traz tal comportamento ao mostrar este registro a ele, registro este que pode compor a observação realizada sobre o mesmo nos registros do dia.
Na apreciação das imagens dos alunos juntamente a eles possibilita que o educador o instigue, estimulando-os a expressarem o que sentiam no momento em que apresentaram tal comportamento, realizando um trabalho de investigação, compreensão e de conhecimento do próprio aluno, tornando a avaliação dele mais fundamentada e concreta. A reflexão resultante do diálogo torna-se peça chave na relação professor – aluno, a fotografia também traz esta possibilidade.
Sabe-se que muitas vezes a revelação das imagens pode ser um inconveniente para este trabalho pedagógico, pois muitas vezes as escolas não dispõem deste recurso com frequência, porém, se estas imagens estiverem bem organizadas e separadas, pode ser inserida nos registros e portfólios em momento oportuno.

2. A IMPORTÂNCIA DO REGISTRO PEDAGÓGICO

O registro pedagógico tem como base um instrumento indispensável para o registro, seja qual for, seja como for: a observação do professor sobre o aluno. A observação dá condições para um registro que aponta as habilidades e atitudes dos alunos, que permeiam todo o trabalho pedagógico que irá estimular ou não tais habilidades e atitudes.
Na prática docente estes dois aspectos estão intimamente ligados e relacionam-se o tempo todo, se entrelaçam, transformando o registro pedagógico em constante observação do aluno e de suas ações.
O registro tem a importante função de trazer detalhes sobre o desenvolvimento do aluno em determinadas atividades, como o desenvolvimento da própria atividade em si e as reações dos alunos diante destas, trazendo riqueza de detalhes que posteriormente permite que o educador realize reflexões, aperfeiçoamentos de suas propostas pedagógicas e da condução destas, sendo estimulado a repensar sua prática pedagógica.
Partindo de um recurso concreto que foi realizado por meio de palavras e fotografias, torna-se mais coerente e firme no momento de analisar, avaliar, repensar, aperfeiçoar, etc. O registro permite ainda, realçar estratégias utilizadas em determinadas atividades, além dos procedimentos que envolveram cada etapa do trabalho desenvolvido que levaram ou levariam à melhores resultados.
O registro permite outra ação importante no ambiente escolar, a socialização deste aos demais professores nos momentos de trocas de experiências, de estudos, etc., com o registro é possível verificar quando uma atividade deu certo, como e porque, transpondo experiência para outros educadores que queriam vivenciar experiências iguais ou parecidas, sugerindo, então, novas práticas.
Tudo isso implica significativamente na qualidade do registro e possibilita uma auto avaliação crítica sobre o trabalho docente e sobre a aprendizagem do aluno, visto aqui a importância do registro se faz necessário torná-lo cada vez mais coerente e fundamentado, a fotografia auxilia nesta questão.

2.1 A evolução do registro no contexto escolar

Dentro do contexto escolar existem vários tipos de registro que vão evoluindo na medida em que há necessidade e no decorrer do ano letivo. No entanto, registrar não é apenas uma tarefa diária que o educador precisa associar ao seu trabalho prático do cotidiano, mas o registro é um trabalho constante e dividido durante o ano escolar.

Registrar implica em vincular à prática pedagógica a ação docente, sistematizando e tornando o trabalho coerente. Ostetto (2008, p. 13) contribui:

> Por meio do registro travamos um diálogo com nossa prática, entre meando perguntas, percebendo idas e vindas, buscando respostas que vão sendo elaboradas no encadeamento da escrita, na medida em que o vivido vai se tornando explícito, traduzido e, portanto, passível de reflexão. (Ostetto, 2008, p. 13)

Os registros tornam-se fundamentais no momento de planejar as aulas, sempre de maneira organizada descrevendo os objetivos da aula, os conteúdos trabalhados, as diferentes linguagens que serão desenvolvidas, os recursos que serão utilizados na aula, o porquê e para que a atividade esteja sendo desenvolvida, como a avaliação será realizada. Muitas vezes esse planejamento é realizado apenas mentalmente, um registro que fica no âmbito da memória e isso traz as consequências de um trabalho solto. Para Martins, "o planejamento não é um fim em si mesmo, mas um meio de se preparar e organizar a ação tendo em vista um objetivo" (MARTINS, 1989, p. 67).

Todas estas formas de registro são fundamentais, pois o registro diário do professor ocorre sempre levando em consideração os propósitos registrados nos registros anteriores, avaliando o aluno e analisando cada passo com base no que se planejou no início de tudo, o registro diário permite, no entanto, uma avaliação constante do aluno e do trabalho de maneira geral e uma revisão permanente sobre o que foi proposto no início, revendo, adaptando e tornando o trabalho de fato concreto e significativo. O educador deve ser principalmente:

> [...] um profundo conhecedor da criança e de seu desenvolvimento. Apenas assim, tendo clareza a respeito do que significa educar e de qual o papel de sua atividade docente para a evolução psíquica da criança, estará envolvido em uma prática marcada pela consciência acerca dos objetivos pedagógicos e das formas de alcançá-los. (BISSOLI, 2005, p.134-135).

Vale salientar que toda forma de registro deve ser flexível e ponderável, permitindo modificações visando sempre à aprendizagem do aluno e a autoavaliação do professor afim de sempre avançar e aperfeiçoar. Ostetto ressalta que o "planejamento marca a intencionalidade do processo educativo [...], traduz-se no traçar, programar, documentar [...]" (OSTETTO, 2000, p.177).

2.2 O registro fotográfico na educação infantil

Atualmente a Educação Infantil pode contar com uma legislação que garante o direito as crianças de 0 a 5 anos a frequentar escolas com o intuito de desenvolver suas potencialidades e iniciar sua vida escolar mergulhando no mundo do letramento e do conhecimento científico. E as crianças de 0 a 3 anos garante o direito de permanecer na escola em período integral não só para serem cuidadas, mas, sobretudo, para serem ensinadas a viver em sociedade, coletivamente, desenvolvendo-se em todos os aspectos de seu desenvolvimento, inclusive, todas as linguagens necessárias para seguirem sua vida escolar. O art. 29 da lei 9.394/96, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, garante este caráter pedagógico quando menciona:

> A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até cinco anos de idade, em seus aspectos físicos, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade. (LDB, 9394/96)

Contudo, é importante mencionar que o trabalho na educação infantil deve acompanhar a evolução da mesma, e por isso os profissionais que atuam nesta modalidade devem ter claros os conteúdos, aspectos, metodologias, formas de avaliação entre muitas outras competências que o educador da educação infantil deve possuir para desenvolver um trabalho que contemple as verdadeiras necessidades das crianças. Para isso, é necessária uma formação sólida onde o educador possua habilidades importantes na sua atuação.

Nesta perspectiva, umas das habilidades imprescindíveis é o ato de observar e consequentemente de compreender as atitudes das crianças, logo, ao ob-

servar o educador consegue conhecer seu aluno, percebê-lo, decifrá-lo, senti-lo. Assim, passa a ser importante registrar essas observações de diferentes maneiras e em diferentes contextos, e por consequência deste registro, que como já foi possível verificar em capítulos anteriores, não se deve contar apenas com a memória que se perde com o tempo, mas sim utilizar o registro como auxílio da memória, realizando comparações, análises e por fim, realizar a avaliação tão crucial para este processo, pois a partir desta é possível aprimorar o trabalho pedagógico e modificá-lo de acordo com a necessidade do aluno. Entretanto, a avaliação torna-se um hábito diário e constante, se faz continuamente por todo o ano letivo apenas com o intuito de levar o aluno a progredir em seu desenvolvimento.

Por sua vez, a fotografia entra como uma metodologia muito utilizada na educação infantil com a finalidade de contribuir com estes variados registros, reforçando e auxiliando na avaliação do aluno, na demonstração do trabalho pedagógico a comunidade escolar e externa, de diferentes maneiras e com diferentes propósitos.

O registro fotográfico na educação infantil torna-se instrumento de trabalho permanente e proporciona vários efeitos importantes, é necessário aprimorar os registros com fotografias que demonstrem de fato as diversas reações dos alunos diante de uma atividade. As fotografias podem estar presentes em todos os tipos de registro já estudados anteriormente, mas o registro em que as fotos mais se fazem presentes é o portfólio, onde é possível arquivar todas as informações do aluno em um único instrumento, e as fotografias vão montando o cenário da aprendizagem da criança, sendo possível visualizar as atividades desenvolvidas e a atuação do aluno nas mesmas. O portfólio funciona também como um instrumento de verificação do trabalho pedagógico, dispensando qualquer dúvida sobre o mesmo.

O trabalho de registrar é às vezes cansativo e exige tempo, mas quando se torna um hábito o registro se faz naturalmente e a organização do registro exige habilidades que o professor deve desenvolver com o tempo e com a consciência da

sua importância, entretanto, a fotografia traz tantos benefícios que o esforço vale à pena.

Guarnieri (2001) diz que "registrar impressões, interpretações pessoais, emoções, desconfortos, alegrias e, sobretudo, o ato de realizar a releitura desse registro, parece desencadear nas professoras uma visão mais aguçada do seu universo de trabalho" (GUARNIERI, 2001, p. 8). Ou seja, o registro fotográfico permite tudo isso.

Para Warschauer (1993), o registro fotográfico se faz tão importante porque "o retrato do vivido proporciona condições especiais para o ato de refletir" (WARSCHAUER, 1993, p. 61). Portanto, a foto traduz nitidamente as emoções dos alunos e torna concreto um processo subjetivo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os registros fotográficos possibilitam demonstrar de forma mais concreta o trabalho realizado com os alunos, as produções dos mesmos, as emoções vivenciadas por estas crianças nos momentos das atividades, atividades da rotina propiciando um direcionamento destes alunos em sua própria rotina dentro da escola e usando este recurso também com os pais, demonstrando o trabalho pedagógico com mais visibilidade por meio de cartazes expostos no dia-a-dia no mural externo da sala e até mesmo nas reuniões de pais onde os mesmos podem visualizar as fotos dos alunos participando das atividades, desenvolvendo-as, podendo até mesmo comparar as produções verificando as evoluções em desenhos, pinturas, dentre outros, observando através das fotos a participação de seus filhos nas atividades práticas, sua inserção no grupo, etc.

Como a pesquisa mostrou, a fotografia traz detalhes importantes que devem ser considerados no momento de registrar, avaliar, reavaliar, e, sobretudo, no momento de observar as crianças, pois na observação se percebe questões fundamentais sobre os alunos, que tornam o trabalho mais consistente e significativo, conhecer o aluno é crucial para o trabalho bem sucedido do docente.

Portanto, o registro fotográfico contribui grandiosamente ao registro pedagógico refletindo beneficamente no trabalho docente e na organização didática do educador. Sobretudo, reflete diretamente na aprendizagem do aluno e em todas as etapas que perpassam a o processo ensino-aprendizagem.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALFRADIQUE, Natalícia. O registro na educação infantil. 2012. Disponível em http://paisagenseducacionais.blogspot.com.br/2012/06/hoje-iremos-conversarsobre- observacao-e.html. Acessado em 11 maio 2014.

ANDRADE, Rosane. Fotografia e antropologia: olha-